

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans
CNPJ 60.498.417/0001-58 NIRE 3530001471-5

CONSELHO FISCAL
Ata n° CF008/20

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da São Paulo Transporte S/A, realizada em 30 de julho de 2020.

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dez horas, em atendimento às exigências contidas no Parágrafo único do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; aos Pronunciamentos manifestados e às Interpretações, Orientações e Revisões igualmente emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); às diretrizes estabelecidas no Artigo 163 da Lei Federal n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades Anônimas; e às regras instituídas pela Lei Federal n° 13.303, de 30 de junho de 2016, intitulada Lei das Estatais, reuniram-se, por meio de videoconferência, os Membros do Conselho Fiscal desta Companhia, que esta Ata subscrevem.

Pela competência e visando ao cumprimento da respectiva pauta, também participaram da reunião a Sra. Luciana Durand Garda, Chefe de Gabinete da Presidência; o Sr. Maurício Lima Ferreira, Superintendente Financeiro; o Sr. Mauro José de Araujo Lima, Gerente Contábil; o Sr. Cláudio Roberto Rodrigues, Analista de Gestão da Gerência Contábil; Isabela Maria de Almeida Muniz, Superintendente de Atendimento e Comercialização, Patrícia de Oliveira Lima, Gerente de Atendimento e a Sra. Jesuina Florencio, Gerente de Auditoria Interna. Ata elaborada pela Sra. Jesuina Florencio.

Verificado o quórum necessário e concluídas as saudações, iniciaram-se os trabalhos definidos na referida pauta.

Pauta:

1. Iniciamos a reunião com a apresentação da Sra. Patrícia Di Donato Firmino, novo membro do Conselho Fiscal, eleita na Assembléia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 30/06/2020.
2. Prosseguindo, o Sr. Mauro José de Araujo Lima, Gerente Contábil, apresentou as principais variações ocorridas nas contas referentes ao Balancete de abril de 2020, informando a Sra. Patrícia que os balancetes são sempre encaminhados pela Contabilidade com antecedência para prévia análise dos Conselheiros e que eventuais dúvidas podem ser encaminhadas via email à área Contábil a fim de serem sanadas antes das reuniões; que não houveram grandes modificações em relação aos meses anteriores e se colocou à disposição do colegiado.

O colegiado procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis relativas ao mês de abril de 2020 e, nesse aspecto, considerando as respostas oferecidas aos questionamentos formulados e os esclarecimentos igualmente prestados pelo Sr. Mauro José de Araujo Lima, o Colegiado, por unanimidade e sem ressalvas, manifestou a opinião que as referidas peças refletem a situação contábil da Companhia, reunindo, portanto, condições de serem apreciadas e aprovadas.

Em prosseguimento e por solicitação do colegiado, a Sras. Isabela de Almeida Muniz – DG/SAC e Patrícia de Oliveira Lima da DG/SAC/GAT, realizaram uma apresentação com referência aos “motivos que justificaram a significativa alteração no custo do serviço de atendimento presencial oferecido ao público nos postos do Bilhete Único Especial instalados nas Subprefeituras”.

3. A Sra. Patrícia, gestora do contrato com a empresa terceirizada iniciou esclarecendo que gerencia os postos de atendimento, atendendo a idosos, pessoas com deficiência, gestantes, obesos e pessoas inscritas no Atende; que hoje são 28 postos e que estão localizados nas subprefeituras e unidades do Descomplica SP; que atendem cerca de 60 mil usuários por mês; que esse serviço era executado pelos estagiários; que a princípio o quadro era de 249, com carga horária de 06 hs semanais, trabalhando de segunda a sexta-feira; que eram 194 de ensino médio e 55 de ensino superior; que em 2019 houve uma reestruturação, conforme Comunicado da Presidência 034/19, com redução de 20% na estrutura do quadro que passou a ter 186 estagiários, sendo 46 de ensino médio e 40 de ensino superior para atendimento da mesma demanda nos postos; que após algum tempo se fez necessário um ajuste técnico e o serviço foi terceirizado; que a SPTrans efetuou treinamento inicial aos gestores da empresa e esses se tornaram multiplicadores aos respectivos atendentes; que a SPTrans faz acompanhamento periódico e reciclagem quando necessário; que os trabalhos desenvolvidos são cadastramento de usuários, inscrição para o serviço atende, alteração de programação de viagem e justificativa de falta no Atende, justificativa dos bloqueios por uso excessivo, recebimento de documentos complementares, análise de utilização indevida por terceiros e uso excessivo e entrega de bilhetes, a qual é realizada somente no posto central.

A Sra. Eliane indagou porque o custo continuou o mesmo uma vez que o quadro foi reduzido de 249 para 186 estagiários.

Tomando a palavra o Sr. Pedro R. Jeha indagou se não seria por existirem outros custos embutidos no processo e a Sra. Patrícia disse que sim tais como vale transporte, vale refeição e insumos diversos.

A Sra. Eliane perguntou qual é o custo efetivo por atendente e a Sra. Patrícia respondeu que gira em torno de R\$ 3.200,00.



O Sr. Pedro Jeha entende a necessidade da troca de mão de obra efetuada, entretanto, por se tratar de pessoas com deficiência, enfatizou que a SPTrans deveria fazer um estudo para avaliar a possibilidade de aumentar o atendimento virtual a fim de diminuir as despesas, solicitando ainda que a Sra. Patrícia providencie uma planilha que contemple essas mudanças.

As. Sras. Patrícia e Isabela esclareceram que já existe um estudo na empresa para a implantação dessa prática, para que ao longo dos próximos meses haja uma migração substancial do atendimento presencial para o virtual; que o propósito é reduzir o número de postos de atendimento e o quadro de atendentes, esclarecendo que todos são contratados com carteira assinada, então, por mais que os salários sejam semelhantes aos que eram pagos aos estagiários, existem os custos trabalhistas e de licitação envolvidos, complementando que a área se compromete a fazer um estudo visando a redução do número de atendentes nos postos.

O Sr. Pedro Jeha solicitou a Sra. Patrícia que encaminhe planilha comparativa dos gastos com estagiários e atendentes; que a mesma pode ser encaminhada via email.

Na seqüência o Sr. Pedro Jeha perguntou se esses contratos de trabalho foram suspensos por conta da MP 936 e da Lei Municipal que criou a subvenção para manutenção dos empregos e Sra. Isabela respondeu afirmativamente.

O Sr. Pedro Jeha solicitou que a empresa fique muito atenta quanto à forma de escrituração desses pagamentos nos meses de pandemia.

Na seqüência, a Sra. Eliane perguntou o que aconteceu com os estagiários e a Sra. Patrícia respondeu que alguns foram realocados para outras áreas da empresa

A Sra. Eliane questionou se seria possível reduzir esses custos na empresa e a Sra. Isabela esclareceu que isso está sendo feito pelo RH, até por conta da redução de 20% do quadro; que, a medida que os contratos dos estagiários acabam não são mais renovados.

A Sra. Eliane perguntou qual é a métrica de pagamento, se existe uma quantidade mínima de atendimentos que cada atendente deve fazer, e lhe foi respondido que não, que o pagamento é por posto de trabalho.

O colegiado afirmou que tanto o estudo proposto para informatização quanto as planilhas de custo de atendimento podem ser encaminhadas a eles via email e se ainda assim restarem dúvidas, os questionamentos serão efetuados nas próximas reuniões.



4. Dando prosseguimento o Sr. Maurício apresentou o “Orçamento Financeiro - Conselho Fiscal - 2020 - janeiro a junho (Dados Realizados)”, emitido em julho de 2020, esclarecendo que, no sistema de transporte a receita vem caindo desde março por conta da pandemia; que em abril a estimativa de arrecadação era de 470 milhões e foram arrecadados 194; que a queda persistiu no mês de junho, o que vem causando uma pressão muito grande quando do desembolso para o pagamento das despesas frente à empresas de transporte coletivo; que essas despesas caíram nesse período por conta da redução da frota em operação; que a Portaria 087 discorre sobre a frota parada nas garagens; que essa frota é remunerada pelo custo fixo; que tivemos até agora uma perda de receita de aproximadamente 850 milhões (entre o previsto e o realizado); que a despesa caiu, porém, não na mesma proporção da receita.

O Sr. Pedro Jeha alertou que a SPTrans deve pesquisar para que essa despesa da frota parada seja escriturada adequadamente; que deve levantar qual a natureza da mesma e verificar se ela se enquadra como uma despesa contratual como outra qualquer e só mudou a forma de remunerar ou se deve ser enquadrada como uma subvenção econômica municipal conseqüente da pandemia (portaria 087).

Prosseguindo, O Sr. Maurício apresentou os demonstrativos da SPTrans esclarecendo que a empresa esta conseguindo manter os desembolsos em dia.

A seguir, com aprovação do colegiado, o Sr. Maurício fez uma apresentação gráfica referente à conta sistema, demonstrando o cenário da arrecadação tarifária, esclarecendo que, a previsão era de aproximadamente 500 milhões por mês; que a partir do final de março a arrecadação começou a cair; que a previsão até o final do ano também é de queda, devido ao aumento do número de desempregados e da opção das empresas pelo teletrabalho, demonstrando ainda as diferenças entre as receitas projetadas e realizadas, enfatizando as expressivas quedas de arrecadação até o mês de junho; que com relação à compensação tarifária foi aprovado subsídio de 2.500 bilhões, com cota mensal de 187 milhões; que a partir de abril a empresa passou a solicitar antecipação tarifária, trazendo o dinheiro dos meses futuros para fazer frente à pandemia; que no mês de julho deveremos atingir o total de aproximadamente 850 milhões de reais de necessidade orçamentária.

Fazendo uso da palavra o Sr. Pedro Jeha indagou se a diretoria está reavaliando as despesas futuras com vistas à saúde financeira da empresa e os impactos que a pandemia trouxe e trará para o final do ano e ano subsequente e o Sr. Maurício esclareceu que sim e que, além disso, a empresa mantém um SEI aberto para a Fazenda Pública com toda a vida financeira da empresa desde o início da pandemia, o qual é permanentemente atualizado.

5. A Sra. Jesuina informou ao colegiado sobre ocorrência com a empresa Auge Contadores S.S, esclarecendo que esta solicitou sua saída da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e desde de 05/03/2020 não tem mais registro naquele órgão, o que era condição sine qua non do contrato; que solicitou opinativo jurídico e este verteu para uma rescisão contratual; que assim que a rescisão se concretizar a terceira colocada no certame licitatório será chamada para continuidade dos trabalhos; que encaminhará o opinativo jurídico ao colegiado para conhecimento

Tomando a palavra s Sra. Luciana esclareceu que a terceira colocada será convidada para encerramento dos trabalhos pendentes em contrato, entretanto, será elaborado um Termo de Referência mais robusto para a contratação de uma nova empresa para os eventos futuros.


Cumprida a pauta previamente estabelecida, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, diante da ausência de qualquer manifestação, esta reunião foi declarada encerrada às onze horas e trinta minutos e, para o devido registro, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, foi aprovada, assinada e rubricada em todas as suas folhas pelos Membros deste Conselho Fiscal presentes à reunião, para subsequente publicação.


PEDRO RUBEZ JEHA

Presidente


VERA HELENA VILLAÇA

Membro


ELIANE OSTROWSKI

Membro


PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO

Membro


WILSON ROBERTO DE LIMA

Membro